



PREFEITURA MUNICIPAL
Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

LEI N.º 473/2017

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do município de SANTA MARIA DO OESTE para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR, APROVOU e EU PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica deste Município em Artigo 62, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Santa Maria do Oeste relativo ao Exercício Financeiro de 2018.

Art. 2º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes, quanto às transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescidas da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º - A reserva de contingência não será superior a 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

PUBLICADO

João Correio do Cidadão
Data: 27/05/2017 Ed. N° 1699



PREFEITURA MUNICIPAL
Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município terá preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29/2000;

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Constituição Federal e suas emendas;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações previstas na Constituição Federal e na Emenda Constitucional 58/2009

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

§ 2º – Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2017, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes no Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único - O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária à inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o “caput” deste artigo.

Art. 12 - Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I – quanto à natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recursos e nível de elemento sendo que o subelemento da despesa será efetuado no ato da realização do empenho nos termos da legislação vigente:

II – quanto à classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;

Parágrafo 1º - O Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta orçamentária a ser elaborada em nível de detalhamento de elemento de despesa.

Parágrafo 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhada por categoria, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação fonte de recurso e elemento de despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

Parágrafo 3º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecido para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante em Anexo nesta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, segurança, saúde ou educação;

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2018 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário;

V – entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer e o esporte.

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º - Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda “per capita”, não ultrapasse na média a ½ (meio) salário mínimo por indivíduo que compõe a família.



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

§ 2º - Independência de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 20 – São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá aos critérios definidos em Lei.

Art. 21 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2018 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação à proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2017.

§ ÚNICO - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

Art. 22 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2017.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

Art. 23 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2018 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2017 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a



PREFEITURA MUNICIPAL
Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 26 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 27 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município, desde que sejam por leis específicas encaminhadas a aprovadas pelo poder Legislativo.

Art. 28 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2018, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

Art. 29 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 30 – O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo 1º - Fica autorizado a proposição por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a edição de lei específica, da anistia de juros, multas e correção monetária de dívidas inscritas em Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Contribuição de Melhoria, no decorrer de 2018.

Parágrafo 2º - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no “caput” podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Parágrafo 3º - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do “caput” deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando conseqüentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 31 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até vinte por cento para cobrir custos regionais não previstos no CUB.

Art. 33 - Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º daquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art. 34 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 35 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 36 – A Lei Orçamentária disporá sobre limites para a realização de alterações orçamentários, na forma de créditos adicionais suplementares, no orçamento da administração direta, indireta e do Poder Legislativo.

§ 1º - As alterações orçamentárias constituem-se na reprogramação ou reavaliação das prioridades das ações mediante a realocação de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro e de uma unidade orçamentária para outra.

§ 2º – A reprogramação referida no parágrafo anterior será realizada na forma de transferência, transposição e remanejamento dos recursos.

§ 3º – Para efeitos desta lei entende-se por:

I – Transferência – a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho no nível de categoria econômica de despesa, mantendo-se o programa em funcionamento;

II - Transposição, a realocação de recursos que ocorre de um programa de trabalho para outro dentro do mesmo órgão, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto;

III – Remanejamento, a realocação de recursos de um órgão/unidade para outro em programas de trabalho previstos na Lei Orçamentária;

§ 4º – Excluem-se do limite de que trata o caput deste artigo os créditos adicionais suplementares que decorrem de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 5º - Ficam autorizadas alterações orçamentárias do tipo transferência, transposição e remanejamento até o limite em percentual a ser definido na lei orçamentária anual.

Art. 37 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1359

segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congêneres.

Art. 38 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 39 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo aos preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 40 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2018, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 41 - O controle de custos da execução do orçamento será efetuado em nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 42 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as suas alterações em suas metas física e financeira, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2018.

Art. 43 - Poderão ser ajustados os valores das ações do Plano Plurianual sempre que houver Decreto de abertura de créditos adicionais que modifiquem os valores das ações inicialmente previstos, para mais ou para menos.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, em 22 de maio de 2017.

JOSÉ REINOLDO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO

Jornal: Correio do Oeste

Data: 14.06.17 Ed. N° 1699



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

Ofício nº. 011/2017

Santa Maria do Oeste, 12 de abril de 2017.

Senhora Presidente:

Encaminhamos o Projeto de Lei n.º 010/2017, em anexo Justificativa, para apreciação deste Legislativo.

Projeto de Lei n.º 010/2017: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do município de SANTA MARIA DO OESTE para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, no ensejo, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

José Reinaldo Oliveira
Prefeito Municipal

Exma Senhora
Clarice Nunes Pereira
D. D. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste.
NESTA

Recebi em 12/04/2017
às 17 horas e 45 min.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 010/2017

**Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:**

Encaminhamos em anexo para apreciação desta Casa de Leis, O Projeto de Lei n.º 010/2017, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do município de Santa Maria do Oeste para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem como objetivo estabelecer as diretrizes, prioridades e metas da administração, orientando a elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro, formado pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social, compatibilizando as políticas, objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual e as ações previstas nos orçamentos para a sua consecução, promovendo, em prazo compatível, um debate sobre a ligação e a adequação entre receitas e despesas públicas e as prioridades orçamentárias.

Os critérios da elaboração do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias estão contidos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município.

Salientamos que é de extrema importância a apreciação do referido projeto para atender a legislação.

Colocamo-nos a disposição para esclarecimentos e informações que se fizerem necessário.

Atenciosamente.

Santa Maria do Oeste, 12 de abril de 2017.


José Reinaldo Oliveira
Prefeito Municipal



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

PROJETO DE LEI N.º 010/2017

SÚMULA. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do município de SANTA MARIA DO OESTE para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste-Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Santa Maria do Oeste relativo ao Exercício Financeiro de 2018.

Art. 2º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita.

I - fornecida pelos órgãos competentes, quanto às transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescidas da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º - A reserva de contingência não será superior a 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município terá preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29/2000;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Constituição Federal e suas emendas;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações previstas na Constituição Federal e na Emenda Constitucional 58/2009

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

§ 2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2017, ultrapassar vinte por



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes no Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único - O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária à inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12 - Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

I - quanto à natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recursos e nível de elemento sendo que o subelemento da despesa será efetuado no ato da realização do empenho nos termos da legislação vigente.

II - quanto à classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

Parágrafo 1º - O Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta orçamentária a ser elaborada em nível de detalhamento de elemento de despesa.

Parágrafo 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhada por categoria, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação fonte de recurso e elemento de despesa.

Parágrafo 3º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecido para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária.



Município de Santa Maria do Oeste

de

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante em Anexo nesta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, segurança, saúde ou educação;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2018 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

de



Município de Santa Maria do Oeste

078

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III - consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV - Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário;

V - entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer e o esporte.

Art. 19 - A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º - Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda "per capita", não ultrapasse na média a 1/2 (meio) salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

0



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

§ 2º - Independará de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 20 – São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá aos critérios definidos em Lei.

Art. 21 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2018 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação à proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2017.

§ ÚNICO – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

Art. 22 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2017.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

Art. 23 – Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2018 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2017 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 26 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 27 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município, desde que sejam por leis específicas encaminhadas a aprovadas pelo poder Legislativo.

Art. 28 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2018, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 29 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente,



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 30 – O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo 1º – Fica autorizado a proposição por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a edição de lei específica, da anistia de juros, multas e correção monetária de dívidas inscritas em Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Contribuição de Melhoria, no decorrer de 2018.

Parágrafo 2º – Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no “caput” podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Parágrafo 3º – São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do “caput” deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando conseqüentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 31 – Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até vinte por cento para cobrir custos regionais não previstos no CUB.

Art. 33 - Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP. 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art. 34 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 35 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único – No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 36 – A Lei Orçamentária disporá sobre limites para a realização de alterações orçamentários, na forma de créditos adicionais suplementares, no orçamento da administração direta, indireta e do Poder Legislativo.

§ 1º – As alterações orçamentárias constituem-se na reprogramação ou reavaliação das prioridades das ações mediante a realocação de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro e de uma unidade orçamentária para outra.



Município de Santa Maria do Oeste

su R

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

§ 2º – A reprogramação referida no parágrafo anterior será realizada na forma de transferência, transposição e remanejamento dos recursos.

§ 3º – Para efeitos desta lei entende-se por:

I – Transferência – a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho no nível de categoria econômica de despesa, mantendo-se o programa em funcionamento;

II – Transposição, a realocação de recursos que ocorre de um programa de trabalho para outro dentro do mesmo órgão, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto;

III – Remanejamento, a realocação de recursos de um órgão/unidade para outro em programas de trabalho previstos na Lei Orçamentária;

§ 4º – Excluem-se do limite de que trata o caput deste artigo os créditos adicionais suplementares que decorrem de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 5º – Ficam autorizadas alterações orçamentárias do tipo transferência, transposição e remanejamento até o limite em percentual a ser definido na lei orçamentária anual.

Art. 37 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

Art. 38 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 39 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo aos preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 40 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2018, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 41 - O controle de custos da execução do orçamento será efetuado em nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 42 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as suas alterações em suas metas física e financeira, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2018.

Art. 43 - Poderão ser ajustados os valores das ações do Plano Plurianual sempre que houver Decreto de abertura de créditos adicionais que modifiquem os valores das ações inicialmente previstos, para mais ou para menos.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

União e Trabalho Rua Jose de França Pereira, nº 10 – CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1137/1244

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, em 12
de abril de 2017.

José Reinaldo Oliveira
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2018

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

Especificação	2018				2019				2020			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total	26.500.000,00	20.595.321,26	0,094	100,000	27.825.000,00	20.693.886,66	0,095	100,000	29.216.250,00	20.793.004,06	0,092	100,000
Receitas Primárias (I)	26.400.000,00	20.517.603,17	0,094	99,623	27.720.000,00	20.615.796,52	0,094	99,623	29.106.000,00	20.714.539,89	0,092	99,623
Despesa Total	26.500.000,00	20.595.321,26	0,094	100,000	27.825.000,00	20.693.886,66	0,095	100,000	29.216.250,00	20.793.004,06	0,092	100,000
Despesas Primárias (II)	26.460.000,00	20.564.234,09	0,094	99,849	27.783.000,00	20.662.650,60	0,095	99,849	29.172.150,00	20.761.618,39	0,092	99,849
Resultado Primário (III) = (I - II)	(60.000,00)	(46.630,92)	0,000	(0,226)	(63.000,00)	(46.854,08)	(0,001)	(0,226)	(66.150,00)	(47.078,50)	0,000	(0,226)
Resultado Nominal	1.973.871,00	1.534.056,77	0,000	7,449	2.072.564,55	1.541.398,59	0,000	7,449	2.176.192,78	1.548.781,42	0,000	7,449
Dívida Pública Consolidada	1.110.987,39	863.439,33	0,000	4,192	1.166.536,76	867.571,59	0,000	4,192	1.224.863,60	871.726,99	0,000	4,192
Dívida Consolidada Líquida	1.398.000,00	1.086.500,00	0,000	5,275	1.467.900,00	1.091.700,13	0,000	5,275	1.541.295,00	1.096.929,04	0,000	5,275
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Fonte

No preenchimento dos quadros foram adotados os dados e projeções anuais do PIB, Índice de cálculo de valores constantes, inflação (IPCA) e IGPM, extraídos das projeções a longo prazo do Banco Bradesco, IBGE e FGV;

Notas Explicativas

Foram utilizados dados de 2015 e 2016 e projeções dos exercícios de 2017 a 2020 considerando nestas projeções os índices nos respectivos períodos.

Índices utilizados:

IPCA (IBGE) - % aa.

2015 - 10,7 2016 - 6,3 2017 - 4,7 2018 - 4,5 2019 - 4,5 2020 - 4,5

PIB PARANÁ R\$ Milhoes

2015 - 365.881 2016 - 268.906 2017 - 274.822 2018 - 281.336 2019 - 293.531 2020 - 317.431

Índice de cálculo de valores constantes

2015 - 1,1067 2016 - 1,1763 2017 - 1,2315 2018 - 1,2867 2019 - 1,3446 2020 - 1,4051

529



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2018

ARF(LRF, art.4º, § 3º)

Página: 1 / 1

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	REDUÇÃO E READEQUAÇÃO DAS DESPESAS PARA COBERTURA DAS DEMANDAS JUDICIAIS	100.000,00
Assunção de Passivos	200.000,00	REDUÇÃO E READEQUAÇÃO DA DESPESA PARA COBERTURA DOS NOVOS PASSIVOS	200.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	REDUÇÃO DAS DESPESAS E CANCELAMENTO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00

TOTAL	Valor	TOTAL	Valor
TOTAL	800.000,00	TOTAL	800.000,00

Fonte

Notas Explicativas

885



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2018

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Página: 1 / 1

EVENTOS	Valor Previsto 2018
Aumento permanente da receita	800.000,00
(-) Transferências constitucionais	500.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo final do aumento permanente de receita (I)	300.000,00
Redução permanente de despesa (II)	0,00
Margem bruta (III) = (I+II)	300.000,00
Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI)	200.000,00
Novas DOCC (V)	200.000,00
Novas DOCC geradas por PPP's (VI)	0,00
Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV)	100.000,00

Fonte

Notas Explicativas

JCS



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LDO
2018

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

CÓDIGO DO PROJETO / ATIVIDADE	NOME DO PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO		EXECUÇÃO		SALDO A EXECUTAR	
			Qte	Valor	Qte	Valor	Qte	Valor
1026	Reequipamento Administração Municipal	Quantidade	1,000	200.000,00	0,00	6.969,00	1,00	193.031,00
1036	Reequipamento Secretaria de Educação	Quantidade	1,000	20.000,00	0,00	0,00	1,00	20.000,00
1041	Reequipamento Unidades de Saúde	Quantidade	1,000	220.500,00	0,00	3.800,00	1,00	216.700,00
1042	Expansão da Rede Física em Saúde	Quantidade	1,000	70.000,00	0,00	0,00	1,00	70.000,00
1062	Imóveis Edificações Públicas	Quantidade	1,000	100.000,00	0,00	0,00	1,00	100.000,00
1064	Pavimentação de Vias Urbanas	Quantidade	1,000	600.000,00	0,00	0,00	1,00	600.000,00
1074	Máquinas e Equipamentos Rodoviários	Quantidade	1,000	560.500,00	0,00	0,00	1,00	560.500,00
1079	Projeto - Política Municipal dos Resíduos Sólidos	Quantidade	1,000	50.000,00	0,00	0,00	1,00	50.000,00
1082	Reequipamento Educação Infantil - Implementação do PME	Quantidade	1,000	50.000,00	0,00	0,00	1,00	50.000,00

Fonte

Notas Explicativas

2018



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 8 (LRF, art.4º, § 2º, inciso V)

CÓDIGO	TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2018	2019	2020	
1	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	Outros Benefícios	Sem lançamento do tributo	0,00	0,00	0,00	Sem lançamento do tributo
2	COSIP	Outros Benefícios	Não há renúncia de receita para este tributo	0,00	0,00	0,00	Não há renúncia de receita para este tributo
3	IPTU	Outros Benefícios	Desconto de 10% para o contribuinte que pagar o imposto a vista	5.601,20	5.881,26	6.175,32	Benefício existente desde 2010 através da Portaria 107/2009 já incorporado à fixação da despesa
4	ISS	Anistia	Não há renúncia de receita para este tributo	0,00	0,00	0,00	Não há renúncia de receita para este tributo
5	ITBI	Outros Benefícios	Não há renúncia de receita para este tributo	0,00	0,00	0,00	Não há renúncia de receita para este tributo
6	SANÇÕES APLICADAS PELO TCE/PR	Outros Benefícios	Não há renúncia de receita para este tributo	0,00	0,00	0,00	Não há renúncia de receita para este tributo
7	TAXAS	Outros Benefícios	Não há renúncia de receita para este tributo	0,00	0,00	0,00	Não há renúncia de receita para este tributo
TOTAL				5.601,20	5.881,26	6.175,32	

Fonte

Notas Explicativas

dre



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

2018

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2018

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2, inciso III)

Página: 1 / 1

RECEITAS REALIZADAS	2016(a)	2015(b)	2014(c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2016(d)	2015(e)	2014(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	112.752,80
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	112.752,80
Investimentos	0,00	0,00	56.376,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	56.376,40
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO III	(g) = ((Ia - IId) + IIIf)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIIf)
	(112.752,80)	(112.752,80)	(112.752,80)

Fonte

Fontes Explicativas



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

23
P

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2018

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

Página: 1 / 1

Especificação	Metas previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) * 100
Receita Total	26.163.762,00	0,097	115,521	22.104.067,42	0,082	97,597	(4.059.694,58)	(15,516)
Receitas Primárias (I)	26.077.862,00	0,096	115,142	23.885.092,90	0,088	105,460	(2.192.769,10)	(8,409)
Despesa Total	26.163.762,00	0,097	115,521	25.994.450,60	0,096	114,774	(169.311,40)	(0,647)
Despesas Primárias (II)	25.853.762,00	0,095	114,153	23.916.527,23	0,088	105,599	(1.937.234,77)	(7,493)
Resultado Primário (I-II)	224.100,00	0,001	0,989	(31.434,33)	0,000	(0,139)	(255.534,33)	(114,027)
Resultado Nominal	(300.000,00)	0,001	(1,325)	1.879.877,84	0,001	8,300	2.179.877,84	(726,626)
Dívida Pública Consolidada	900.000,00	0,001	3,974	1.058.083,23	0,001	4,672	158.083,23	17,565
Dívida Consolidada Líquida	200.000,00	0,000	0,883	1.331.613,12	0,001	5,879	1.131.613,12	565,807

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24

2018

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

Página: 1 / 1

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	20.813.577,59	100,0	21.331.802,34	100,0	18.234.169,96	100,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL	20.813.577,59	100,00	21.331.802,34	100,00	18.234.169,96	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte

Notas Explicativas



Município de Santa Maria do Oeste - LDO 2018

Anexo de Metas e Prioridades

Programa: 101 - LEGISLATIVO EM AÇÃO

Objetivo: Atender as expectativas da população de Santa Maria do Oeste com relação às obrigações constitucionais da Câmara Municipal no tocante a aprovação das normas legais e fiscalização do executivo.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
1	Atividade	Atividades do Legislativo Municipal	Apoio Administrativo	Sessão Legislativa	

Programa: 401 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Objetivo: Prover o Executivo Municipal de recursos suficientes para manter a estrutura administrativa do Município.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
2	Atividade	Atividades do Gabinete do Prefeito	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Prefeito
3	Atividade	Atividades da Procuradoria Jurídica	Apoio Administrativo	Pareceres	Atividades da Procuradoria Jurídica
4	Atividade	Atividades da Assessoria de Gabinete	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades da Assessoria de Gabinete
5	Atividade	Atividades da Assessoria em Recursos Humanos	Servidores Atendidos	Servidores Municipais	Atividades da Assessoria em Recursos Humanos
6	Atividade	Atividades Assessoria Técnica Administrativa	Apoio Administrativo	Quantidade	Atividades Assessoria Técnica Administrativa
7	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Governo	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Governo
8	Atividade	Atividades do Departamento de Comunicação	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Comunicação
9	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário de Administração	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário de Administração
10	Atividade	Atividades do Departamento Técnico Administrativo	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento Técnico Administrativo
12	Atividade	Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais
13	Atividade	Atividades do Departamento de Patrimônio	Apoio Administrativo	Quantidade	Atividades do Departamento de Patrimônio
14	Atividade	Encargos Aplicação Royalties e Fundo Especial	Outros Produtos	Não Mensurável	Encargos Aplicação Royalties e Fundo Especial
15	Atividade	Encargos Contribuição Consórcio Intermunicipal	Outros Produtos	Quantidade	Encargos Contribuição Consórcio Intermunicipal
16	Atividade	Apoio a Entidades Municipalistas	Apoio Administrativo	Quantidade	Apoio a Entidades Municipalistas
18	Atividade	Atividades da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno	Apoio Administrativo	Quantidade	Atividades da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno
19	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Finanças	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Finanças
20	Atividade	Atividades do Departamento de Finanças	Apoio Administrativo	Quantidade	Atividades do Departamento de Finanças
21	Atividade	Atividades do Departamento de Contabilidade	Apoio Administrativo	Lançamentos Contábeis	Atividades do Departamento de Contabilidade
22	Atividade	Atividades do Departamento de Tributação e Fiscalização	Pessoas Atendidas	Contribuintes	Atividades do Departamento de Tributação e Fiscalização
23	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário de Planejamento	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário de Planejamento
24	Atividade	Atividades do Departamento de Planejamento	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Planejamento

258



Município de Santa Maria do Oeste - LDO 2018

Anexo de Metas e Prioridades

25	Atividade	Atividades do Departamento de Programs e Projetos	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Programs e Projetos
29	Projeto	Reequipamento Administração Municipal	Outros Produtos	Transferencia Voluntária	Reequipamento Administração Municipal

Programa: 801 - ASSISTENCIA SOCIAL EM AÇÃO

Objetivo: Incrementar a renda per capita e oferecer proteção às pessoas em risco social, especialmente as crianças e adolescentes.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
65	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário de Assistencia Social	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário de Assistencia Social
66	Atividade	Atividades do Fundo Municipal de Assistencia Social	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Fundo Municipal de Assistencia Social
67	Atividade	Proteção Social Básica - Fundo a Fundo	Adolescentes Atendidos	Crianças/Adolescentes em Risco	Proteção Social Básica - Fundo a Fundo
68	Atividade	Proteção Social Especial - Fundo a Fundo	Adolescentes Atendidos	Crianças/Adolescentes em Risco	Proteção Social Especial - Fundo a Fundo
69	Atividade	Qualificação da Gestão - Fundo a Fundo	Adolescentes Atendidos	Crianças/Adolescentes em Risco	Qualificação da Gestão - Fundo a Fundo
70	Atividade	Encargos Manutenção Conselho Tutelar	Adolescentes Atendidos	Crianças/Adolescentes em Risco	Encargos Manutenção Conselho Tutelar
71	Atividades - ECA/FMDCA	Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Adolescentes Atendidos	Crianças/Adolescentes em Risco	Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
72	Atividades - ECA/FMDCA	Atendimento à Criança em Risco Social	Adolescentes Atendidos	Crianças/Adolescentes em Risco	Atendimento à Criança em Risco Social

Programa: 901 - PREVIDENCIA EM AÇÃO

Objetivo: Efetuar o pagamento dos benefícios previdenciários em dia.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
11	Atividade	Atividades do Departamento de Recursos Humanos	Servidores Atendidos	Servidores Municipais	Atividades do Departamento de Recursos Humanos
17	Atividade	Encargos com Inativos e Pensionistas	Outros Produtos	Servidor Inativo	Encargos com Inativos e Pensionistas

Programa: 1001 - SAUDE EM AÇÃO

Objetivo: Reduzir as taxas de mortalidade infantil, de mortalidade geral e proporcionar saúde de melhor qualidade.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
57	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde
58	Atividade	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	Pacientes Atendidos	Taxa de Mortalidade	Atividades do Fundo Municipal de Saúde
59	Atividade	Atenção Básica - Recursos Fundo a Fundo	Pacientes Atendidos	Taxa de Mortalidade	Atenção Básica - Recursos Fundo a Fundo
60	Atividade	Atenção Básica - SUS Ambulatório	Outros Produtos	Taxa de Natimortalidade	Atenção Básica - SUS Ambulatório
61	Atividade	Vigilância em Saúde - Recursos Fundo a Fundo	Pacientes Atendidos	Taxa de Mortalidade	Vigilância em Saúde - Recursos Fundo a Fundo
62	Projeto	Reequipamento Unidades de Saúde	Outros Produtos	Quantidade	Reequipamento Unidades de Saúde
63	Projeto	Expansão da Rede Física em Saúde	Obra Contruída/Ampliada	Metro Quadrado	Expansão da Rede Física em Saúde

268



Município de Santa Maria do Oeste - LDO 2018

Anexo de Metas e Prioridades

64	Atividade	Atividades Assessoria em Saúde	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades Assessoria em Saúde
----	-----------	--------------------------------	----------------------	----------------	--------------------------------

Programa: 1201 - EDUCAÇÃO EM AÇÃO

Objetivo: Reduzir a taxa de analfabetismo, a taxa de repetência, e de evasão escolar e melhorar a qualidade do ensino e transporte escolar

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
30	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Educação	Apoio Administrativo	Aluno	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Educação
31	Atividade	Atividades do Departamento de Documentação e Apoio Pedagógico	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Atividades do Departamento de Documentação e Apoio Pedagógico
32	Atividade	Atividades Manutenção Educação Infantil	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Atividades Manutenção Educação Infantil
33	Atividade	Atividades Manutenção da Educação Especial	Outros Produtos	Taxa de Alfabetismo	Atividades Manutenção da Educação Especial
34	Atividade	Atividades Manutenção Educação de Jovens e Adultos	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Atividades Manutenção Educação de Jovens e Adultos
36	Projeto	Reequipamento Secretaria de Educação	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Reequipamento Secretaria de Educação
37	Projeto	Subvenção Casa Familiar Rural	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Subvenção Casa Familiar Rural
38	Atividade	Encargos Manutenção Transporte Escolar	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Encargos Manutenção Transporte Escolar
40	Atividade	Remuneração Profissionais da Educação - FUNDEB 60%	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Remuneração Profissionais da Educação - FUNDEB 60%
41	Atividade	Encargos Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB 40%	Outros Produtos	Taxa de Analfabetismo de Adult	Encargos Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB 40%
84	Atividade	Implementação das Metas e Estratégias do PME - Educação Infantil	Outros Produtos	Aluno	Implementar, no Município, estratégias e ações visando a implementação e universalização da Educação Infantil
85	Projeto	Reequipamento Educação Infantil - Implementação do PME	Apoio Administrativo	Quantidade	
86	Atividade	Formação Continuada do Magistério - Educação Infantil	Alunos Atendidos	Servidores Municipais	Fornecimento de Cursos de Qualificação profissional e aperfeiçoamento das classe visando a melhoria da qualidade da educação

Programa: 1301 - ESPORTE E CULTURA EM AÇÃO

Objetivo: Proporcionar acesso da população em atividades de esporte, lazer e cultura.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
42	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Esporte e Cultura	Outros Produtos	Eventos Culturais e Esportivos	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Esporte e Cultura
43	Atividade	Atividades do Departamento de Cultura	Outros Produtos	Eventos Culturais e Esportivos	Atividades do Departamento de Cultura
44	Atividade	Atividades do Departamento de Esporte e Lazer	Outros Produtos	Eventos Culturais e Esportivos	Atividades do Departamento de Esporte e Lazer

Programa: 1501 - URBANISMO EM AÇÃO

Objetivo: Melhoria das condições de vida da população urbana do município.

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
--------	------	-------------------	---------	---------	------------------------

220



Município de Santa Maria do Oeste - LDO 2018

Anexo de Metas e Prioridades

Página: 4

50	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário de Habitação e Obras	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário de Habitação e Obras
51	Atividade	Atividades do Departamento de Obras e Manutenção	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Obras e Manutenção
52	Projeto	Imóveis Edificações Públicas	Outros Produtos	Quantidade	Imóveis Edificações Públicas
53	Atividade	Manutenção da Iluminação Pública	Outros Produtos	Quantidade	Manutenção da Iluminação Pública
54	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Urbanismo	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Urbanismo
55	Atividade	Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Serviços Urbanos
56	Projeto	Pavimentação de Vias Urbanas	Pavimentação de Vias	Metro Quadrado	Pavimentação de Vias Urbanas
80	Projeto - Resíduos Sólidos	Projeto de Execução da Política Municipal dos Resíduos Sólidos	Apoio Administrativo	Quantidade	
81	Atividade - Resíduos Sólidos	Atividade da Política Municipal dos Resíduos Sólidos	Outros Produtos	Quantidade	
82	Projeto - Resíduos Sólidos	Projeto - Política Municipal de Resíduos Sólidos	Outros Produtos	Quantidade	
83	Atividade - Resíduos Sólidos	Atividade Política Municipal de Resíduos Sólidos	Apoio Administrativo	Quantidade	

Programa: 2001 - AGRICULTURA EM AÇÃO

Objetivo: Promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária com consequente melhoria da qualidade de vida da população

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
26	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	Apoio Administrativo	Propriedades Rurais	Atividades do Gabinete do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
27	Atividade	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	Apoio Administrativo	Propriedades Rurais	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda
28	Atividade	Atividades do Departamento de Meio Ambiente	Apoio Administrativo	Propriedades Rurais	Atividades do Departamento de Meio Ambiente
73	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário de Indústria, Comércio e Turismo	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário de Indústria, Comércio e Turismo
74	Atividade	Atividades do Departamento de Indústria e Comércio	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Indústria e Comércio
75	Atividade	Atividades do Fundo Municipal de Turismo	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Fundo Municipal de Turismo
87	Projeto	Aquisição de Imóvel para Formação de Estação Ecológica	Outros Produtos	Terreno	Aquisição de Imóvel para Formação de Estação Ecológica

Programa: 2601 - TRANSPORTE EM AÇÃO

Objetivo: Melhoria das condições de trafegabilidade rural e urbana

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
45	Atividade	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Viação	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Gabinete do Secretário Municipal de Viação
46	Atividade	Atividades do Departamento de Viação	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Viação

281



47	Atividade	Atividades do Departamento de Manutenção e Conservação da Frota	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Manutenção e Conservação da Frota
48	Atividade	Infraestrutura em Transporte - Recursos Cide	Outros Produtos	Não Mensurável	Atividades do Departamento de Manutenção e Conservação da Frota
49	Projeto	Máquinas e Equipamentos Rodoviários	Outros Produtos	Máquinas Rodoviárias	Máquinas e Equipamentos Rodoviários

Programa: 2801 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Objetivo: Encargos Gerais do Município

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
76	Operação Especial	Amortização e Encargos da Dívida	Outros Produtos	Não Mensurável	Amortização e Encargos da Dívida
77	Operação Especial	Contribuição Para Formação do PASEP	Apoio Administrativo	Não Mensurável	Contribuição Para Formação do PASEP
78	Operação Especial	Liquidação de Precatórios e Sentenças Judiciais	Outros Produtos	Não Mensurável	Liquidação de Precatórios e Sentenças Judiciais

Programa: 9999 - Reserva de Contingencia

Objetivo: Reserva de Contingencia

Código	Tipo	Descrição da ação	Produto	Unidade	Descrição complementar
79	Outras Iniciativas e Diretrizes	Reserva de Contingencia	Outros Produtos	Não Mensurável	Reserva de Contingencia



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE - PR

CNPJ: 95.684.585/0001-12

Rua: Alexandre Kordiak, 87 – centro – Santa Maria do Oeste – Pr, CEP: 85230-000

Fone/Fax: (042) 3644 1129/3644 1149/3644 1363

secretaria@camarasantamariadoeste.pr.gov.br

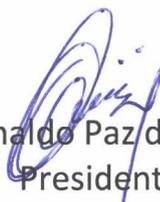
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER REFERENTE O PROJETO LEI N° 10/2017 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL. SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Após analisar criteriosamente o Projeto de Lei sob n. 02/2017, onde já teve a atenção dos responsáveis técnicos desse Poder Legislativo Municipal, não encontramos nada que pudesse contrariar as normas legais, e por isso, recomendamos sua livre tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, é o parecer desta Comissão de Finanças e Orçamento.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2017.


Aginaldo Paz de Moura
Presidente

João Alex Damião
Secretário


Élio José Melo Machado
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE - PR

CNPJ: 95.684.585/0001-12

Rua: Alexandre Kordiak, 87 – centro – Santa Maria do Oeste – Pr, CEP: 85230-000

Fone/Fax: (042) 3644 1129/3644 1149/3644 1363

secretaria@camarasantamariadoeste.pr.gov.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER REFERENTE O PROJETO LEI N° 07/2017 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL. SÚMULA: CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS E COMISSIONADOS, ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E EMPREGADOS PÚBLICOS DE SANTA MARIA DO OESTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Após analisar criteriosamente o Projeto de Lei sob n. 07/2017, sob o ponto de vista de sua legalidade e constitucionalidade, não encontramos nada que pudesse contrariar as normas legais, e por isso, recomendamos sua livre tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, é o parecer desta Comissão de Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2017.


Élio José Melo Machado
Presidente

João Alex Damião
Secretário

Arival Gonçalves Ferreira
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE - PR

CNPJ: 95.684.585/0001-12

Rua: Alexandre Kordiak, 87 – centro – Santa Maria do Oeste – Pr, CEP: 85230-000

Fone/Fax: (042) 3644 1129/3644 1149/3644 1363

secretaria@camarasantamariadooeste.pr.gov.br

PROPOSIÇÃO: PODER EXECUTIVO

Nº 010/2017

AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO

REGIME DE TRAMITAÇÃO: NORMAL URGENTE

SUMULA: “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MATERIA LIDA NO EXPEDIENTE DA MESA E ENCAMINHADA ÀS COMISSÕES PARA PARECERES:

SALA DE SESSÃO, EM 18-04-2017

1º Discussão e Votação

Aprovado Rejeitado

VOTAÇÃO POR: 24-04-2017

Sala das Sessões, em: *unanimidade*


Secretário

2º Discussão e Votação

Aprovado Rejeitado

VOTAÇÃO POR: 02-05-2017

Sala das Sessões, em: *unanimidade*


Secretário

3º Discussão e Votação

Dispensado Rejeitado

VOTAÇÃO POR: *unanimidade*

Sala das Sessões, em :


Secretário

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Aprovado Rejeitado

VOTAÇÃO POR:

Sala das Sessões, em :

Secretário